

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Telefone Popular oferece mensalidade inferior a R\$ 15 para inscritos no Cadastro Único

01/04/2014

Mais de 20 programas sociais do governo federal utilizam dados do Cadastro Único para direcionar políticas públicas e selecionar beneficiários. Um deles é o Telefone Popular, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que oferece às famílias cadastradas uma linha telefônica fixa com mensalidade inferior a R\$ 15 e 90 minutos de chamadas locais para telefones fixos. Caso o consumo local ultrapasse a franquia local ou se queira realizar chamadas de longa distância nacional e internacional, é necessário inserir crédito antecipadamente.

“As famílias de baixa renda não têm acesso à telefonia fixa e consideram o telefone um gasto supérfluo em relação a outras necessidades como alimentação e vestuário. O programa foi criado para ter um valor fixo que não compromete muito o orçamento familiar”, explica a coordenadora de Gestão de Processos de Cadastramento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Bruna Barreto Bastos.

Para solicitar o Telefone Popular, as informações no Cadastro Único precisam estar atualizadas há pelo menos dois anos, especialmente a renda familiar e o endereço da família.

O responsável familiar deve procurar um Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou outro posto da prefeitura para atualizar as informações. Com o Número de Identificação Social (NIS) ou o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) nas mãos, o interessado procura uma das operadoras telefônicas que oferecem o serviço para a instalação do telefone na residência.

Os telefones de atendimento das operadoras que ofertam o Telefone Popular são:

- 10312 – CTBC Telecom
- 10314 – Oi Região 2 (antiga área de atendimento da Brasil Telecom)
- 10315 – Telefônica

- 10331 – Oi Região 1
- 10343 – Sercomtel

Cadastro

O Cadastro Único possibilita traçar um perfil socioeconômico da população de baixa renda. A gestão da ferramenta é feita pelo MDS em parceria com os estados e municípios. Para se inscrever no Cadastro Único, o responsável pela família deve procurar o Cras ou outros postos de atendimento da prefeitura, com os documentos dos membros da família.

“O Cadastro Único foi desenhado para a família de baixa renda. Normalmente, são famílias que apresentam maior vulnerabilidade social, ou seja, são realmente pobres que precisam de atendimento e acesso aos programas sociais, como o Bolsa Família”, afirma Bruna Bastos.

Já são 27,2 milhões de famílias de baixa renda cadastradas. Conforme a renda declarada, o Cadastro Único dá direito a outros programas, como o Bolsa Família, Bolsa Estiagem, Bolsa Verde, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa Minha Casa Minha Vida, Passe Livre, Tarifa Social de Energia Elétrica e isenção de taxa para concursos públicos.

Saiba mais sobre o Cadastro Único: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>

Central de Atendimento do MDS:
0800 707 2003